



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS E PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA: CONTEXTO E DESAFIOS
DO INTERIOR DO RECÔNCAVO BAIANO**

THAIELLE VITÓRIA¹

ANDRÉA ALICE RODRIGUES SILVA²

ALBANY MENDONÇA SILVA³

ANDRESSA CARVALHO⁴

GABRIEL SOUZA PEDREIRA⁵

RESUMO:

O estudo objetiva analisar a permanência universitária e os desafios atuais para sua efetivação. Abordam-se pontos fulcrais: Educação e Ensino Superior; permanência simbólica e material, Políticas Afirmativas; e dados do lócus da pesquisa. Estes apontam que a ampliação do acesso universitário traz desafios para a permanência qualificada, principalmente após a pandemia e adoção do trabalho remoto.

Palavras-chave: Educação, Ensino Superior, Permanência.

RESUMEN:

El estudio tiene como objetivo analizar la tenencia universitaria y los desafíos actuales para su implementación. Se abordan puntos clave: Educación y Educación Superior; permanencia simbólica y material, Políticas Afirmativas; y datos del lugar de investigación. Estos señalan que ampliar el acceso a la universidad plantea desafíos para seguir calificado, especialmente después de la pandemia y la adopción del trabajo remoto.

Palabras clave: Educación, Educación Superior, Permanencia.

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

² Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

³ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

⁴ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

⁵ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

1 INTRODUÇÃO

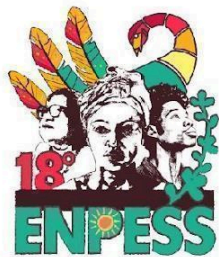
O estudo trata de uma pesquisa que o grupo de pesquisa “Trabalho, Formação e Serviço Social” (GTForPSS) tem realizado no âmbito da graduação, intitulada “PROJETOS EDUCACIONAIS E PERMANÊNCIA NA GRADUAÇÃO: em debate o perfil e a permanência estudantil na UFRB”, com intuito de analisar as políticas educacionais, a permanência universitária e os desafios atuais para sua efetivação no Recôncavo. Para isso, abordam-se categorias e pontos fulcrais, tais como: Educação e Ensino Superior; permanência simbólica e material; Políticas Afirmativas; e dados do lócus da pesquisa. Tal estudo se baseia numa pesquisa qualitativa realizada com discentes da graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se de uma metodologia organizada em dois momentos, sendo que o primeiro foi baseado em pesquisas bibliográficas, levantamento de dados do sistema de registro e análise de dados parciais do sistema da UFRB. No segundo momento, realizou-se uma pesquisa quanti-quali, com elaboração, teste e aplicação de questionário no *google forms*, respectivamente em: dezembro de 2022 a janeiro de 2023, fevereiro e março de 2023 e maio e agosto de 2023. A análise dos dados ocorreu entre agosto e outubro de 2023, o que permitiu perceber o perfil, as vivências, dificuldades e quais os reais motivos que contribuem para a permanência dos discentes no curso, como também as causas que resultam na retenção.

O artigo dispõe de três tópicos. O primeiro trata do ensino superior no Brasil, dos impactos da política neoliberal e da pseudodemocratização das universidades. Em síntese, explana sobre o contexto sociopolítico brasileiro do acesso à educação de nível universitário, através da criação de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). E destaca desafios para o acesso, a permanência e a formação profissional dos discentes.

Analisando os desafios contemporâneos para a garantia da permanência qualificada, apresentamos no segundo tópico os conceitos de permanência simbólica e material. Assim como algumas das políticas que se relacionam à questão do acesso e da permanência universitária: a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Lei de Cotas.

O último tópico analisa os dados do lócus da pesquisa e com isso o perfil universitário da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

UFRB, as condições de permanência agravadas durante o período da pandemia de Covid-19, a importância e as questões para as políticas de permanência para os discentes. Os dados apontam que a ampliação do acesso à Universidade acarreta novos desafios para a permanência qualificada, sobretudo após a crise pandêmica e a adoção do trabalho remoto.

Assim, o presente artigo elucida reflexões sobre o estudo da permanência na graduação na realidade de uma universidade pública, nos marcos do processo de interiorização do ensino e adensa uma discussão necessária sobre o Ensino Superior, as Políticas Educacionais e os desafios para permanência qualificada, diante das múltiplas dimensões da vida acadêmica.

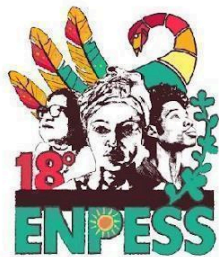
2 ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: influência neoliberal e pseudodemocratização das universidades

O termo educação, assim como quaisquer outros temas complexos da sociedade, pode assumir diversos símbolos e significados a partir do sujeito que o questiona. O conceito de educação que deve guiar a prática do Serviço Social é um conceito que objetiva enquanto uma prática emancipatória dos sujeitos, que os instrumentaliza para a construção coletiva da cidadania e o desenvolvimento da sociedade. No entanto, tal perspectiva, para ser real, inspira a reflexão crítica e o entendimento de que a sociedade a qual nos referimos é a sociedade de classes promovida pelo sistema capitalista. Marcada por contradições, projetos e conflitos societários, a educação é um complexo da vida social fundamental na dinâmica de reprodução do capital (Mészáros, 2005).

No contexto sócio-político brasileiro o acesso à educação de nível universitário impõe dois grandes pontos históricos: (1) sua origem; que ocorreu de forma tardia em solo brasileiro, marcada pelos ditames conservadores da elite colonial (Oliveira, 2004); e (2) as tentativas de democratização do acesso, margeadas pelos interesses do capital privado, impulsionadas sobretudo a partir de 1970 como resposta à crise de capital mundial, tendo como motriz o neoliberalismo⁶ e a transformação da área educacional em mercado, e da própria educação em mercadoria (Sguissard, 2008).

Mendonça (2000) observa a expansão das universidades a partir das décadas de

⁶ Ianni (1998) caracteriza o neoliberalismo como uma ideologia de escala mundial, que fortalece a perspectiva de criação de um Estado mínimo, pois desregulamenta as atividades econômicas estatais, promovendo a privatização das organizações e instituições governamentais de diversas áreas: habitação, transportes, educação, saúde e previdência, o que resulta, em nossa análise, na transformação de direitos sociais em mercadorias.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

cinquenta e sessenta, tanto pelo processo de associação de escolas profissionalizantes, quanto pela federalização de faculdades estaduais e particulares. Só entre os anos de 1945 e 1964 foram mais de trinta universidades criadas em território brasileiro (Mendonça, 2000). O autor ainda salienta a organização da comunidade científica e do movimento estudantil pela defesa, democratização e autonomia da Universidade. Tais movimentos em prol da reforma universitária dialogavam com a intenção de outras reformas de base, como a reforma agrária.

Entretanto, o golpe militar estabelecido em 1964 desorganiza o projeto de reforma universitária que intencionava a autonomia da universidade; entre o autoritarismo do governo militar e os protestos pela modernização e reestruturação do ensino superior, a Reforma de 1968 consolida projetos de uma nova estrutura universitária, como o fortalecimento da função tríplice das universidades – ensino, pesquisa e extensão e a institucionalização das carreiras docentes e das pós-graduações. O fato mais destacado pelos autores que estudam tal período do ensino superior no país, no entanto, é o desimpedimento à iniciativa privada. Assim, a política de educação no regime militar caracteriza-se pelo atendimento das demandas do mercado mundial: mão de obra técnica e qualificada (principalmente nas áreas de Ciências Naturais e Exatas) pela ampla abertura e atuação da iniciativa privada.

Agapito (2016) acrescenta que esse projeto ditatorial enfrentou a resistência dos movimentos sociais, estudantis e de docentes que preconizavam a luta por uma educação pública e de qualidade, assim como por seus direitos sociais, civis e políticos, cerceados em tal período. O resultado desse processo de abertura à iniciativa privada no período militar fica evidente na análise sobre a proporção de matrículas no ano de 1974, por exemplo: do total de estudantes matriculados em instituições de ensino superior, 63,6% eram da iniciativa privada, contra 34,6% dos estudantes matriculados em instituições públicas (Chaves; Amaral, 2015).

A promulgação em 1996 da Lei nº 9.394, que dá as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reflete os interesses dos organismos internacionais na diversificação e flexibilização em relação à expansão do ensino superior: já na primeira década do terceiro milênio, a proporção de matrículas era de 74,3% em instituições de ensino privadas, contra 25,7% total das matrículas em IES públicas. “Essa política de privatização adotada no Brasil coloca o país com a segunda maior privatização desse nível de ensino no conjunto de 15 países da América Latina, com 73% dos estudantes matriculados em IES privadas (dados de 2012), só perdendo para o Chile [...]” (Chaves; Amaral, 2015, p. 102).

A política neoliberal tange-se enquanto uma política do estado nacional: a abertura e o privilégio à iniciativa privada configuram-se nos programas que têm como objetivo a expansão do acesso ao ensino superior, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade Para Todos (Prouni). O Fies, criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, pelo menos até 2009, disponibilizou 7,3 bilhões de reais para estudantes financiarem cursos superiores em Instituições de Ensino privadas. O Prouni, instituído em 2005 pela Lei nº 11.096, fornece benefícios fiscais para as redes de ensino superior privado, em contrapartida ao acesso de vagas nas mesmas (Chaves; Amaral, 2015).

As análises de Lima (2015) e Minto (2018) acerca do Plano Nacional de Educação (PNE) – um conjunto de 20 metas e diversas estratégias para a educação no Brasil, a serem alcançadas entre o decênio de 2014 a 2024 – apontam que o ethos privatista permanecerá nas bases das políticas de expansão do ensino superior. Sobre o argumento de “democratização” da universidade, as metas do PNE para a educação de nível superior servem ao movimento de mundialização do capital, onde todas as esferas de interesse tornam-se espaços privilegiados para acumulação, sendo o campo educacional um desses.

Reafirmam-se os projetos antagônicos em curso quando se trata da política de educação e o seu financiamento. Nota-se uma tendência à certificação em larga escala, o privilégio da iniciativa privada e a continuação de programas e políticas como o Prouni e o Fies, assim como a continuidade e fortalecimento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Antes uma política de governo, passa a ser uma política de Estado que visa à expansão das universidades federais ao tempo que ignora as parcas e precárias estruturas físicas e materiais das mesmas, a sobrecarga do trabalho docente, os cortes orçamentários e os ataques ao tripé universitário ensino, pesquisa e extensão (Lima, 2015); (Minto, 2018).

Tal realidade norteia a pesquisa, visto que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é fruto do Reuni, e é nesse cenário desafiador, de enfrentamento à lógica neoliberal que visa à transferência de recursos públicos para o setor privado, que a UFRB se estrutura enquanto uma universidade *multicampi*, com um total de sete *campi*, estando presente em seis cidades do Recôncavo Baiano. Desenvolve-se em meio a todas as ganas, conflitos e embates a serem enfrentados quando se pensa a implementação de uma universidade nos municípios interioranos; ao mudar a lógica de migração até então estimulada, “sair do interior para estudar”, para “ficar ou ir para o interior para estudar”, novos cenários são traçados entre as gerações, a cultura e a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sociabilidade dos novos indivíduos que passam a acessar o ensino superior.

Nesse mesmo contexto, as políticas de ação afirmativa influenciam para a criação de um novo perfil social do estudante universitário, com demarcadores sociais de raça, classe e gênero. A inclusão desses segmentos populares nos espaços universitários também consta como meta no PNE (Brasil, 2014) e assim configura novos desafios e análises para a política de educação no Brasil. Estamos falando, sobretudo, de uma juventude negra, majoritariamente feminina, e do seu acesso à educação de nível superior, sua permanência material e simbólica, e sua formação profissional frente às expressões da questão social particulares desse território. Apurar e estimular o olhar crítico para essas particularidades ao pensar os projetos de educação nacional é fundamental para as categorias que atuam na política de educação e as defendem enquanto um instrumento de emancipação e luta política da classe trabalhadora.

3 PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E POLÍTICAS AFIRMATIVAS: desafios contemporâneos para uma permanência qualificada

Desde as tentativas de democratização e ampliação do acesso do ensino superior no Brasil, a permanência universitária transformou-se em foco das atenções dos docentes, servidores e discentes das instituições de educação superior no Brasil. Atualmente, tornou-se uma das temáticas mais presentes nos debates e reivindicações dessas classes, que por meio de ações coletivas de movimentos sociais visam resistir aos desafios encontrados diante do processo de precarização que as universidades públicas vêm enfrentando ao longo dos anos através de consecutivos e repentinos cortes no orçamento, incentivados pelo avanço neoliberal, forçando uma limitação das políticas de incentivo à permanência qualificada dos discentes.

Vale salientar que se entende a definição de permanência universitária para além da “bolsificação da assistência estudantil⁷”, pois envolve também questões de infraestrutura das universidades, os equipamentos e espaços disponibilizados na unidade — como laboratórios de informática e pesquisa equipados, bibliotecas, restaurantes universitários, residências universitárias e tudo que for necessário para que os estudantes acompanhem as aulas — tal como uma rede intersetorial que forneça assistência psicossocial e que exista um trabalho de

⁷ Bolsificação da assistência é um termo cunhado em 2018 por Nascimento (2018), que busca tecer uma crítica à redução do debate e centralização da assistência estudantil à volta da oferta de bolsas, auxílios e programas governamentais, muito incentivado pela contrarreforma das universidades nos anos 2000, que transformou, nas palavras da autora, assistência estudantil em um modelo “bolsificado, produtivista e burocratizado”.

acolhimento e inserção desses estudantes na universidade. Nesse bojo, a permanência pode ser categorizada, segundo Santos (2009), em permanência material e permanência simbólica.

A permanência material consiste na subsistência física/matéria na universidade, como equipamentos, materiais, moradia, alimentação etc. Sendo possível de maneira direta — por intermédio dos auxílios e bolsas oferecidos pelas políticas e programas de permanência das instituições de ensino superior — ou de maneira indireta, quando o estudante recebe ajuda de familiares ou exerce atividades laborais para se manter na universidade. Já a permanência simbólica está associada ao sentimento de pertencimento do estudante no espaço universitário, particularmente daqueles que historicamente tiveram seu ingresso nesse espaço negado, vítimas da construção sócio-histórica do Brasil, que advém da escravidão, marginalização e exclusão de grupos étnicos e sociais.

É fundamental observar que ambas não podem ser pensadas de maneira independente, pois se complementam, e a ausência de uma dessas formas de permanência pode trazer impactos negativos na vida universitária do discente, o que poderá ocasionar na evasão da universidade, uma vez que, a partir da falta da permanência material, pode-se gerar um estranhamento e trazer dificuldades nos primeiros contatos dos discentes que não possuem uma cultura familiar de ocupação dos espaços universitários, e assim causando incertezas e crises existenciais. Neste contexto é que se faz necessário o fortalecimento da permanência simbólica.

[...] Por essa razão a permanência simbólica deve ser encarada no processo de permanência dos discentes, pois está ligada a uma estratégia de resistência e autoafirmação para se estabelecer no ambiente universitário, por grupos e indivíduos que trazem consigo traços de rótulos sociais indesejáveis ou desaprovados socialmente (Silva *et al.*, 2023).

No processo de permanência simbólica enfatiza-se a importância das políticas de ações afirmativas⁸, em razão das mesmas conterem relevância não apenas para a diversificação do perfil universitário, permitindo que grupos antes excluídos pudessem ingressar no ensino superior, como também fazem com que ocorra um processo de identificação e troca, a partir de vivências similares na sociedade entre estudantes oriundos das classes populares, além de cooperar para a melhora dos índices de desempenho e evasão nas universidades.

Um estudo realizado em 2018, com mais de 424 mil pessoas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Fonaprace/Andifes) “também mostrou que, com

⁸ As ações afirmativas são políticas regulamentadas pelo Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), criado por meio do decreto n° 11.785, de 20 de novembro de 2023, que tem como objetivo combater as desigualdades de gênero, social, raça, etnia ou cor, e realizar a inclusão social de grupos minoritários, como mulheres, pessoas negras (pretas e pardos), quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência (PCDs), pessoas de baixa renda e que possuam renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio e pessoas da comunidade LGBTQIA+.

as cotas, as instituições ganharam estudantes que frequentam mais as bibliotecas, dedicam mais tempo aos estudos, têm menor taxa de desistência e são mais engajados socialmente” (Fiocruz, 2022). Além disso, o estudo apontou que entre os graduandos das instituições públicas do ensino superior, 60% vêm diretamente de escolas públicas e 70% têm renda per capita de um salário-mínimo e meio (Silva *et al.*, 2023).

Nota-se que a mudança nos índices supracitados tem sua gênese na alteração do perfil dos estudantes que ingressaram por intermédio dessas políticas, já que por serem oriundos de famílias de baixa renda, carregam a esperança da modificação da sua realidade, tanto sua quanto da sua família, como do meio social em que estão inseridos. Além de tornarem-se referências para os jovens de suas comunidades, que passam a enxergar o ensino superior não mais como “um sonho distante ou impossível”. Tendo em vista esse cenário, os estudantes sentem a “obrigação” de se dedicarem a permanecer na universidade mesmo sem as condições suficientes para essa ação.

3.1 Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): um novo marco para a política de educação e a permanência estudantil

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é um lançamento que se refere às políticas de educação do Brasil e as ações voltadas à permanência estudantil. Palavezzini e Alves (2019), ao realizarem o debate sobre a trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira, apresentam que o PNAES é fruto de lutas coletivas traçadas por aqueles que buscavam a consolidação da assistência estudantil enquanto um direito social, isto inclui dirigentes, docentes e estudantes. Além disso, salientam que a proposta do PNAES, ao articular diferentes áreas e diferentes políticas sociais, visa à garantia de “[...] um padrão de proteção social amplo” (Imperatori, 2017, p. 295).

A Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007 define o público-alvo do programa de assistência estudantil: “[...] estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios socioeconômicos, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio” (Ibidem, 2017, p. 295). Reflete-se assim, que neste documento, não há uma restrição explícita em relação ao público atendido, fornecendo aspecto amplo a tal programa. A nova e atual portaria de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho, altera algumas das disposições presentes no documento de 2007.

Imperatori (2017) apresenta que o novo documento estabelece maior estabilidade ao

programa, pois supõe um instrumento jurídico de maior força, que traz ainda algumas novidades como a definição das finalidades da PNAES, de “[...] ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (Brasil, 2010). Os objetivos do programa estão alinhados a uma perspectiva de democratização do ensino superior, no entanto, o que mais se destaca no decreto de 2010 é a nova definição de público-alvo que, ao fixar um critério de renda, torna o programa mais restritivo. Assim, o PNAES prioriza beneficiar os estudantes provenientes da “[...] rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (Brasil, 2010).

Sobre o orçamento do PNAES, a legislação de 2010 não traz uma garantia efetiva para as iniciativas de assistência estudantil; como analisam Palavezzini e Alves (2019), o fato de não haver nas disposições da legislação procedimentos quanto à vinculação orçamentária, o financiamento do programa torna-se um desafio para que a sua finalidade e seus objetivos sejam alcançados. As demandas relacionadas à assistência estudantil são limitadas conforme o orçamento disponível; esta lógica estabelece um caráter seletivo e focalizado ao programa, visto que os recursos disponíveis podem sofrer variação de ano para ano, fragilizando ações de médio e longo prazo, além de denotar aos executores do programa a “eleição dos mais pobres entre os pobres” (Palavezzini; Alves, 2019, p. 7).

Algumas considerações acerca do PNAES são que o programa se estabelece na intersecção entre as políticas de assistência social e educação, o que acaba por configurar a assistência estudantil enquanto um direito social, o que resulta no entendimento de que a permanência e o desempenho acadêmico estão para além da questão da capacidade ou oportunidade, mas incluem preocupações relacionadas às situações socioeconômicas dos estudantes, como seu acesso à moradia, alimentação, transporte etc. Imperatori (2017) ainda complementa a necessidade de questionar o critério de renda disposto no programa, inferindo que não somente a renda familiar expressa as vulnerabilidades sociais, e que as implicações relacionadas ao valor dessa renda podem diferir conforme as realidades brasileiras (Ibidem, 2017).

A análise de Palavezzini e Alves (2019) aponta que, de acordo com os dados da pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação, realizada pelo FONAPRACE em 2014, tem havido uma mudança no perfil dos estudantes do ensino superior público, sendo que, por exemplo, 66% dos estudantes das Ifes podem ser incluídos como público-alvo da política de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

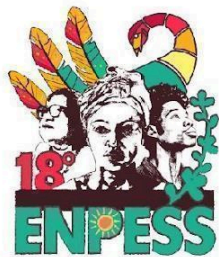
assistência estudantil, visto que essa porcentagem corresponde ao número de discentes que vivem com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio (Palavezzini; Alves, 2019). Dessa forma, compreende-se como a questão do financiamento é primordial para a continuidade do PNAES, visto a necessidade de sanar a defasagem entre a cobertura do programa e o quantitativo de estudantes que podem ser atendidos pelo programa conforme seus critérios estabelecidos.

Dados do Portal MEC apontam que houve R\$ 1,5 bilhão de investimento no PNAES até 2024, e que foram mais de 400 mil estudantes atendidos. Palavezzini e Alves (2019), no entanto, salientam o caráter focalizado de tal programa, que na promoção da permanência estudantil precisa dar prioridade a alguns aspectos em detrimento de outros. Observa-se a tendência à “bolsificação”, a despeito de construção de moradias estudantis e restaurantes universitários, por exemplo, assim como preferência por ações na garantia de alimentação e moradia dos estudantes, e a falta de iniciativas voltadas à saúde e apoio pedagógico dos mesmos, elementos também importantes para a permanência qualificada e o bom rendimento dos discentes. Considera-se, assim, a necessidade de atualização e fortalecimento do PNAES para que o debate da permanência estudantil avance, especialmente para os alunos negros, a partir da lei de cotas, como se analisa a seguir.

3.2 Lei de Cotas e a sua relevância para o ingresso e permanência da juventude negra nas IES

A Lei de Cotas, nº 12.711/2012, nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino foi aprovada com algumas ideias basilares: o viés nacional de combate sistemático à discriminação existente em certos espaços; a redução de desigualdades que acometem certos grupos vulneráveis; e a busca de interação de distintos grupos sociais por meio da valorização da diversidade cultural a fim de prevenir visões práticas, preconceituosas e discriminatórias, que são socialmente indesejáveis. A importância dessa aprovação refere-se ao ingresso de estudantes negros, provenientes de escola pública, pessoas com deficiências e integrantes de comunidades tradicionais que, por muito tempo, tiveram dificuldades no acesso ao ensino tanto no nível básico quanto nos níveis médios e superiores.

Desse modo, destaca-se que fatores como o racismo e condições financeiras com certeza influenciaram para que tais oportunidades não se encontrassem disponíveis para essas pessoas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

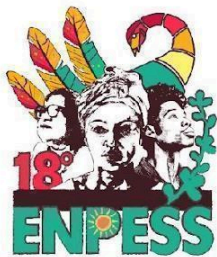
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sob essa perspectiva está o racismo científico, que tinha como um de seus principais teóricos o evolucionista Charles Darwin, cuja teoria da evolução serviu de embasamento para atestar a existência de raças superiores e inferiores, o que trouxe a ideia de padronização de cor e traços físicos, na qual o que se assemelha aos negros era visto como algo ruim. Discursos como esse justificaram por muito tempo a pobreza, apagamento cultural e miséria vivida pelo povo preto. Adverso a pensamentos racistas, Abdias Nascimento (1983) tornou-se conhecido pela proposta da Lei nº 1332/83, a qual propunha ressarcir, através do princípio da isonomia social do negro, os prejuízos deixados pela violência étnica.

Por esse fator, discussões de cunho compensatório têm sido cada vez mais efetivadas no país, a começar pelas ações afirmativas, que contêm em um de seus pilares o sistema de cotas, desta maneira pode-se afirmar com segurança que as ações afirmativas constituem-se como medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade com a crença de que a mesma deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade (Santos, 2009). Portanto, o acesso educacional para todos é um direito indispensável para que a lei se cumpra de maneira coerente e, para isso, é necessário facilitar os acessos para quem por muito tempo foi prejudicado.

Destarte, a discussão acerca do conceito de permanência torna-se necessária. Como o próprio nome já denota, permanecer é estar de maneira contínua num espaço e, neste caso, a discussão refere-se à continuação de um estudante no espaço acadêmico universitário, o que abarca todas as temáticas que influenciam a boa ou má estadia dele durante este período. Um discente de família em situação de vulnerabilidade, ao adentrar neste espaço que não era esperado por ele, por ser uma realidade distante e anteriormente elitista, pode encontrar dificuldades para compreender tanto a sua existência enquanto estudante merecedor deste espaço, quanto ser um indivíduo portador de direitos como o restante dos estudantes. Essa dificuldade também é enriquecida pelo estigma que lhe é colocado pela sociedade.

O recorte regional é um fator determinante para identificar o perfil dos discentes que acessam o ensino superior. Num comparativo feito pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP), em 2022, a região Sudeste lidera o ranking de matrículas no ensino superior do país, com 44,7% de pessoas matriculadas nas modalidades presencial e EAD, em seguida vem a região Nordeste com 21,1%, o Sul com 17,5%, o Centro Oeste com 8,9% e, por último, o Norte com 7,8%. O que pode ser observado nesses dados é uma variante de quantidades de Estados e as características de cada população, pois a região Nordeste, apesar de estar em segundo lugar, é a região com mais Estados do país, enquanto o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Sudeste é composto apenas por quatro (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo), fomentando a possível dificuldade na distribuição do acesso às Universidades por quantidade de habitantes.

Outro recorte importante é a questão étnico-racial, tão pontuada na gestão 2023/2024 da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS), “Em Luta, Seguimos Atentas e Fortes: Luciane Cantalice, presente!”. Nesse sentido, com relação à quantidade de pessoas negras no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população negra cresceu no Brasil, atingindo a marca de 56,1%, no entanto a quantidade destes nas universidades é de apenas 48,3% somando instituições públicas e privadas (Alfano, 2023), tal fato pôde ser observado após a pandemia, quando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) ficou sem fazer o levantamento de dados. A partir de 2016, a proporção de negros na universidade vinha aumentando, passando de 43%, em 2016, para 49%, em 2019.

Nessa perspectiva, segundo o IBGE, três em cada quatro brasileiros na pobreza são negros, afirmação que foi comparada a 56% de pretos e pardos no total da população. Por essa razão, para se discutir sobre permanência na universidade, é necessário se ter um olhar amplo para as diversas nuances que perpassam a realidade dos discentes, sobretudo da juventude negra que compõe os espaços universitários.

Tais vivências nessa fase da vida podem ser diferenciadas de acordo com o gênero ou a classe social do indivíduo, pois cada um desses atributos se relaciona com as mudanças sociais no âmbito do trabalho, escolarização, práticas culturais e estilos de vida. Neste caso, os jovens negros vivem de acordo com a realidade que lhes é dada no decorrer de suas vidas, em sua maioria uma realidade dificultada pelos elementos sociais que perpassam os ciclos de cada um. Diante do exposto, considera-se relevante estudar essa questão na realidade da UFRB, especialmente no caso do Centro de Artes, Humanidades e Letras, haja vista o número representativo de pessoas negras. Observa-se que a maioria dos discentes se autodeclaram pretos e pardos, correspondendo a 46% e 35,6% dos entrevistados, respectivamente. Ao reparar um perfil predominantemente negro neste campus, é conclusiva a relevância de políticas públicas para o ingresso destes jovens nas Instituições de Ensino Superior.

4 DESAFIOS PARA PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA NO INTERIOR DO RECÔNCAVO BAIANO



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Conforme já explanado, no início do século XXI, o ensino superior no Brasil passou por um processo de mudanças significativas através da expansão proporcionada pela criação de programas e políticas públicas educacionais, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), possibilitando que estudantes não necessitem sair de seus municípios e/ou estados para frequentar o ensino superior, com essa mudança sendo detectada no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), quando entre os entrevistados pela pesquisa 90,1% são oriundos do estado da Bahia, enquanto 9,9% são de outros estados.

Outra mudança observada é em relação ao perfil universitário quando analisamos a composição estudantil do CAHL, em que 82,1% dos entrevistados se declararam pretos⁹, sendo 46,5% pretos e 35,6% de pardos, o que faz o mesmo ser considerado o campus universitário mais negro do país. Tal fato pode ser considerado histórico, pois demonstra avanços sociais, mesmo com as fortes desigualdades sociais, econômicas e de oportunidade existentes. Esse dado pode ser destacado pela inserção no território no qual a universidade está situada. O Recôncavo da Bahia é um território de identidades com inúmeras comunidades tradicionais e quilombolas.

Além disso, chama atenção no perfil universitário o fato de o referido centro ser composto em sua maioria por mulheres (75,2%), solteiras (93%) e que não possuem filhos (73,3%), fato esse relevante visto a histórica cultura machista e as dificuldades encontradas pelas mulheres na sociedade atual.

Com relação à questão socioeconômica dos discentes, 58,4% responderam que têm renda familiar de até um salário mínimo e 66,3% não exercem nenhuma atividade remunerada, circunstância que afeta diretamente a permanência dos estudantes e que se apresenta como o principal fator que poderia levar à evasão da universidade, com 50,5% respondendo que dificuldades financeiras seriam o principal motivo que levaria ao trancamento do curso.

Essa situação foi agravada durante o período da pandemia de Covid-19 — período excepcional na história mundial, marcado por mudanças no cotidiano das pessoas, por causa de medidas para o enfrentamento à doença, como distanciamento social e utilização de máscara — com 59,4% informando que houve diminuição da renda familiar durante e no pós-pandemia. Toda essa conjuntura expôs a dificuldade e desafios que rondam a problemática da permanência estudantil no CAHL, demonstrando a relevância das políticas/programas de permanência no centro.

⁹ Compreende-se aqui uma pessoa negra pela lógica adotada na lei de cotas ou Lei n° 12.711/2012, em que se consideram negros as pessoas pretas e pardas.

Cabe enfatizar que o perfil apresentado, jovens mulheres negras em situação de vulnerabilidade econômica e social do interior da Bahia, apresenta desafios múltiplos e de diversas dimensões da vida social. Aqui é importante ressaltar as políticas educacionais e de permanência citadas no decorrer do texto.

Nota-se, porém, que apesar da importância e das políticas de permanência para os discentes serem visíveis pelos dados coletados, e da maioria dos estudantes serem de baixa renda, verifica-se a insuficiência das bolsas e auxílios, tanto em quantidades ofertadas como no valor, com 52% respondendo não serem contemplados por tais políticas. Essa conjuntura é agravada quando se observa o elevado custo de vida nos municípios brasileiros, inclusive no município de Cachoeira-BA, no qual o CAHL se encontra. A situação decorre por conta dos cortes de orçamento e do processo de “bolsificação da assistência estudantil”. Os programas de permanência nos últimos anos vêm adotando um caráter cada vez mais focalizado e fragmentado nas políticas de assistência estudantil, que buscam atender apenas os mais pobres entre os necessitados, e não levando em consideração as especificidades de cada demanda de maneira individual.

Outra problemática que envolve os estudantes é com relação aos momentos de lazer e diversão, principalmente nos municípios do interior, onde estão as universidades criadas pelo REUNI. Essas cidades não têm infraestrutura de capitais, proporcionando serviços reduzidos. Dessa forma, os discentes recorrem à internet como o principal meio de diversão, como evidencia a pesquisa. Conforme as respostas, 45,6% afirmam que navegar na internet/redes sociais e ver filmes/séries é a principal forma de entretenimento nas horas vagas, enquanto atividades ao ar livre, como sair com os amigos, recebeu 18,5% das respostas.

O desenvolvimento das tecnologias, denominadas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), caracteriza-se pela rapidez e instantaneidade e rompe barreiras geográficas através de computadores, notebooks e celulares. Esse cenário pode gerar problemas quase imperceptíveis em curto prazo, mas que em longo prazo são maléficos à saúde. E, ainda, intensificação de sintomas como por exemplo: ansiedade, depressão e falta de foco, provocados por diversos estímulos simultâneos que o cérebro recebe e que podem criar dependência por causa da disparada na produção de dopamina.

Esse fato pode ser constatado entre os estudantes do CAHL, com 80,2% apresentando sentimentos de ansiedade e depressão antes e no pós-pandemia. 37,6% dos discentes relatam,

ainda, que têm perspectivas pessimistas em relação ao futuro, enquanto 18,8% têm perspectivas otimistas. E para 43,6%, as perspectivas continuam as mesmas de antes da pandemia.

As principais dificuldades encontradas no pós-pandemia e na volta às aulas são problemas relacionados à saúde psicológica ou emocional (38,6%) e à dificuldade de organizar uma rotina de estudos (49,5%). Vale ressaltar que esse cenário é acentuado ainda pelas questões socioeconômicas já expostas no texto.

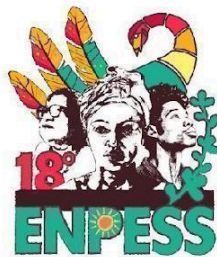
Diante do exposto, pode-se elucidar que apesar das inúmeras dificuldades narradas para a permanência dos alunos no ensino superior, cabe salientar que o retorno das aulas presenciais pós-pandemia tem demandado um processo de readaptação de rotina e o desafio de retomada dos alunos, diante das condições objetivas e materiais, os quais trouxeram consequências drásticas, aprofundando os desafios para a permanência universitária, de maneira especial para o perfil de discentes apresentado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise de pontos centrais, como: Educação e Ensino Superior; permanência simbólica e material; e Políticas Educacionais e Afirmativas, é perceptível que o acesso dos discentes ao ensino superior não é suficiente, pois os mesmos precisam se manter e permanecer nesse lugar. Torna-se difícil conciliar os estudos com suas necessidades básicas. Nessa perspectiva, é necessário assinalar que a universidade ainda é um espaço hostil às necessidades de permanência estudantil, especialmente quando se apresentam determinados perfis de estudantes (pretos, pobres, mulheres e nordestinas).

Vale ressaltar que, apesar dos avanços, o processo de democratização do ensino superior ainda está longe de ser suficiente e ideal para a sociedade e suas múltiplas particularidades, possuindo um longo caminho de desafios a serem superados. Isto se agrava com os consecutivos cortes e contingenciamentos dos recursos financeiros, que afetam não só os investimentos dos diferentes programas para a permanência estudantil, como também atacam diretamente a estrutura física e administrativa das universidades, dificultando tanto a permanência dos estudantes que já estão dentro como o ingresso de novos discentes.

Por fim, as reflexões suscitadas nos mostram a importância da interiorização e expansão das universidades para o combate às desigualdades regionais e educacionais no ensino superior, dando oportunidades e trazendo avanços significativos na vida das pessoas oriundas das classes



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mais pobres, mudando o perfil, e de algum modo, a cultura até então dominante no ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 123-140, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art 1º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.ht. Acesso em: 20. jul. 2024

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28. jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 28. jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/es/pnaes>. Acesso em: 28. jul. 2024.

CARRANÇA, Thais. Com Bolsa Família 'turbinado', números de negros na pobreza ainda é o triplo de brancos. **BBC News**, 23. out. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn036x357eyo#:~:text=Isso significa que três em Brasileiro de Geografia e Estatística>. Acesso em: 20. jul. 2024

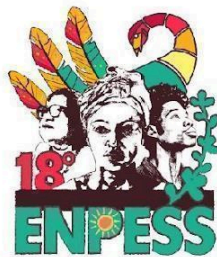
CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em: 28. jul. 2024.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. **Revista Educação em Questão**, v. 51, n. 37, p. 95-120, 2015.

FRANÇA, M. C.; SILVA, L. C. **A influência das Teorias do Darwinismo Social e criminoso nato no crime de racismo praticado contra os afrodescentes**. Disponível em: [https://npd.uem.br/eventos/assets/uploads/files/evt/29/trabalhos/Resumo%20para%20o%20Congresso%20Maria%20Carolina%20e%20Luciana%20Caetano%20\(1\).pdf](https://npd.uem.br/eventos/assets/uploads/files/evt/29/trabalhos/Resumo%20para%20o%20Congresso%20Maria%20Carolina%20e%20Luciana%20Caetano%20(1).pdf). Acesso em: 22. jul. 2024.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285-303, 2017.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do Ensino Superior**. 2022. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-12/regioes/norte/>. Acesso em: 22. jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LEÃO, Geraldo. Juventude. **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/verbetes/juventude/>. Acesso em: 22. jul. 2024.

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. **Universidade e Sociedade**, Brasília: ANDES, n. 55, p. 32- 43, 2015

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. **Revista brasileira de educação**, n. 14, p. 131-150, 2000.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005. v. 2.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. e230011, 2018.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 12, p. 945-958, 2004.

PALAVEZZINI, Juliana; ALVES, Jolinda de Moraes. Assistência estudantil nas universidades federais: o orçamento do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) garante a permanência do estudante? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS; SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS; CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL, 1, 2019. **Anais [...]**. 2019.

SANTOS, D. B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação & Sociedade**, v. 29, p. 991-1022, 2008.

SILVA, A.; SILVA, A. A.; CARVALHO, A.; PEDREIRA, G.; SILVA, M. **A universidade e a permanência estudantil no CAHL-UFRB**. Cachoeira-BA: UFRB, 2023. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/cahl/images/phocadownload/CAHLsobLENTESPesquisa/CADERNO_RESUMOS_CAHL_Lentes-Pesquisa2023.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

SILVA, Gilda. Capital Cultural, Classe e Gênero em Bourdieu. **Informare- Cad. Prog. Pós-Grad**, v. 1, n. 2, p. 22-36, Jul./Dez., 1995.